

Instrumentos lingüísticos: língua e memória¹

Mariza Vieira da SILVA

Universidade Católica de Brasília

Trago para discussão, neste evento, um trabalho desenvolvido em sala de aula, no Curso de Letras da Universidade Católica de Brasília, em 2003, centrado no dicionário enquanto um saber histórico e um objeto discursivo, buscando analisar e compreender os efeitos de sentido que se produzem ao se alterarem as condições de produção dos trabalhos acadêmicos, criando, assim, possibilidades de uma apropriação outra deste instrumento lingüístico.

Tivemos como objetivo questionar a evidência do saber construído no e pelo dicionário, abrindo espaço para a interpretação, bem como para deslocamentos na posição sujeito do conhecimento do discurso pedagógico. Tratou-se, ainda, de refletir sobre a língua como uma questão do Estado (cf. GADET e PÊCHEUX, 1981), em que se administra a diversidade face à necessidade de se ensinar e aprender uma língua nacional, e sobre a relação entre filiações teóricas e práticas pedagógicas enquanto uma questão ética das políticas de língua.

No dicionário, essas questões estão centradas na relação da linguagem com o mundo, no como se confere significação – nomeação, designação, referência, sentido – às coisas, no como se constroem posições de sujeito pela sua inscrição em e identificação com um domínio de saber – o da Semântica - em que, como diz Guimarães (2002, p.10), “as coisas são referidas enquanto significadas e não enquanto simplesmente existentes”. Ainda com Guimarães:

Se não se pode pensar a linguagem sem considerar que ela fala de algo fora dela, não se pode também considerar que as palavras significam aquilo que referem, e nem mesmo que a significação, o sentido seja um modo de apresentação do objeto.

O que um nome designa é construído simbolicamente. Esta construção se dá porque a linguagem funciona por estar exposta ao real enquanto constituído materialmente pela história. (2002, p.91)

Nessa relação do sujeito com a linguagem como parte de sua relação com o mundo, em termos lingüísticos e discursivos, mas também sociais e políticos, a forma-sujeito histórica, que na nossa sociedade capitalista corresponde à do sujeito de direito e do sujeito do conhecimento, se individualiza, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, de produção de sentidos. É uma prática pedagógica que coloca em movimento esse objeto histórico, enquanto estrutura e acontecimento (cf. Pêcheux, 1990), cria condições para a historicização da posição sujeito na articulação do conhecimento científico com o conhecimento escolarizado de produção de um saber lexical, na articulação de um instrumento tecnológico referido a uma exterioridade lingüística e histórica.

O dicionário é um dos símbolos de nacionalidade, na medida que legitima uma língua nacional, ao registrar as formas, os usos e os sentidos que irão configurar o léxico de uma língua, de um povo. O dicionário é também o lugar onde, imaginariamente, atesta-se a existência de uma palavra e de um sentido, onde podemos encontrar a certeza e a verdade, apaziguando as nossas dúvidas e incertezas (cf. SILVA, 1996).

O próprio dicionário constrói uma designação para si, ou seja, “uma significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real” (GUIMARÃES: 2002, p.9).

No trabalho realizado com os dicionários – análise de verbetes, de prefácios, de tipos de dicionários, de sinônimos, de antônimos, de gênero gramatical, etc -, os alunos puderam observar um funcionamento de mão dupla dos dicionários: construir um imaginário para o sujeito habitar, ao criar uma relação específica entre as palavras e as coisas, e, ao mesmo tempo, usar essa relação, tornada naturalizada, para o sujeito se significar e significar o mundo. O dicionário cria, pois, certos percursos para os deslizamentos de sentido na produção de efeitos metafóricos (cf. PÊCHEUX, 1969).

No desenvolvimento dos trabalhos, nas discussões em sala, pôde-se observar como funciona essa gestão dos sentidos no interior de uma mesma língua, pela seleção, organização, distribuição e controle das formas significantes, considerando a estruturação dos verbetes e do próprio dicionário, o que evidencia a construção de uma unidade imaginária pelo apagamento de uma série de relações – de inclusão, de exclusão, de conflito, de confronto, de filiação, de opacidade – no interior de uma mesma língua.

Selecionei, para este trabalho, alguns verbetes analisados pelos alunos que permitiram, ao grupo, compreender como se constroem os lugares - posições discursivas - a serem ocupados pelos indivíduos em uma formação social dada, a partir e no interior de uma memória: um processo que é apagado. Observou-se, pois, pela descrição e análise da formulação e circulação de sentidos que se estabeleciam no dicionário, a relação do sujeito com sua memória, criando-se, assim, condições para que os alunos trabalhassem

sua relação com a memória do dizer, estabelecendo novas relações com o repetível e produzindo deslocamentos no dizer. Como diz Pêcheux (1969), *o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro* (1990, p.82). Era preciso, pois, colocar em movimento esse jogo (do) imaginário.

Essa relação com a alteridade, a necessidade da interpretação e a possibilidade de transformação no sentido e no sujeito, seus movimentos, nos mostram que as coisas a saber são sempre tomadas em redes de memória nas quais os sujeitos se inscrevem filiando-se ao que os identifica. Não se trata pois de aprendizagem por interação. (Orlandi, 1998, p.12)

Reinaldo Fogaça (2003), um aluno que se decidira trabalhar com a palavra “mulher”, do dicionário Aurélio (1975), depara-se com uma questão inesperada, ao observar a estrutura e o funcionamento do verbete: a dos limites de se ser mulher em uma sociedade em que proliferam os discursos sobre a emancipação feminina.

Mulher. [do lat. muliere.] S. f. **1.** Pessoa do sexo feminino, após a puberdade. [aum.: mulherão, mulheraça, mulherona.] **2.** Esposa (1). * **Mulher à-toa.** Bras. Pop. V. meretriz: “Papai fica na igreja vigiando: se entra mulher à-toa, corre com ela.” (Geraldo França de Lima, Branca Bela, p. 63.) **Mulher da comédia.** Bras., SP. Pop. V. meretriz. **Mulher da rótula.** Bras., RJ. Pop. V. meretriz. **Mulher da rua.** Bras. V. meretriz. **Mulher da vida.** Bras. V. meretriz. **Mulher da zona.** Bras. V. meretriz. **Mulher de César.** Mulher de reputação inatacável. **Mulher de má nota.** Bras. V. meretriz. **Mulher de ponta de rua.** Bras. N. e N.E. V. meretriz. **Mulher do fado.** Bras. SP. Pop. V. meretriz. **Mulher do fandango.** Bras. SP. Pop. V. meretriz. **Mulher do mundo.** Bras. Pop. V. meretriz. **Mulher do pala aberto.** Bras. SP. Pop. V. meretriz. **Mulher do piolho.** Bras. Fam. *Mulher muito teimosa:* Ô velhinha teimosa! é pior que a mulher do piolho! **Mulher errada.** V. meretriz. **Mulher fatal.** *Mulher particularmente sensual e sedutora, que provoca ou é capaz de provocar tragédias:* “Cadê Maria Rosa, / Tipo acabado de mulher fatal / Que tem como sinal / Uma cicatriz, / Dois olhos muito grandes, uma boca e um nariz.” (Da marcha Cadê Maria Rosa?, de Nássara e J. Rui). **Mulher perdida.** V. meretriz. “Custava-lhe acreditar que o filho a houvesse enganado, abusando do seu estado para meter em casa uma mulher perdida.” (Coelho Neto, Turbilhão, p. 314) **Mulher pública.** Bras. SP. Pop. V. meretriz., meretriz. **Mulher vadia.** Bras. V, meretriz.

No verbete, só há dois enunciados definidores. O primeiro situa a mulher no campo biológico e o segundo, no campo de uma determinada estrutura familiar. A partir daí só vamos encontrar o termo “meretriz” e suas paráfrases, sustentada pelas categorias de “brasileirismo” e de “popular”. Se não for esposa, que lugar resta para a mulher ocupar na sociedade? E a esposa não pode ser sedutora? E ter olhos grandes? E os exemplos, simulando trazer os usos, o cotidiano, os vários sentidos para o dicionário, apontam para a exclusão dessa mulher outra, que não é esposa, até mesmo do plano divino, evidenciando o tratamento das diferenças, pelo jogo da neutralidade e objetividade.

Esse mesmo aluno, trabalhando o termo “velhice” se indignou ao constatar que ele trazia como sinônimos: “rabugice ou disparate próprio de velho”. E, seguindo a sua indignação e a própria estrutura de remissão de um verbete a outro do dicionário, vai encontrar em “rabugice”: “mau-humor permanente de pessoa rabujenta, ranzinza: *rabugice de velho*”. Como se estabilizou esse referente e se construiu esse efeito-sujeito?

Ana Carolina de Alvarenga Moura e Érika Ochsendorf resolveram trabalhar o núcleo familiar, pensando a sociedade moderna, e trouxeram para análise não só o termo “família”, mas também “madrasta”, “padrasto”, “enteado” e “filho”. Trago aqui somente dois dos verbetes analisados, como forma de mostrar a assimetria existente entre eles e as discrepâncias aí envolvidas, por elas observadas.

Madrasta – [Do lat. *matrasta*, pej.de *mater*, ‘mãe’] S. f. **1** Mulher casada, em relação aos filhos que o marido teve de matrimônio anterior. **2** Fig. Mãe ou mulher descoroável. [Nessa acepção é feminino de *padrasto*] Adj. (f) **3** Pouco carinhosa, ingrata, má.

Padrasto – [Do lat. *vulgar* *patrastu*, com dissimilação] S. m. indivíduo que ocupa o lugar de pai em relação aos filhos que sua mulher teve de um casamento anterior. [Fem. *madrasta*].

Podemos observar, ainda, na forma material da estrutura e funcionamento dos verbetes o efeito da língua na história, como também o estabelecimento de formas de subjetivação, enquanto resultados de um processo de produção de sentidos. E o espanto e a indignação dos alunos, ganha uma compreensão (teórica), pois, como afirma Orlandi (2002, p.73):

Uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora como sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta: no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de um indivíduo livre de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), diante do Estado e de outros homens. Nesse passo, resta pouco visível sua constituição pelo simbólico, pela ideologia. Temos o sujeito individualizado, caracterizado pelo percurso bio-psico-social. O que fica de fora quando se pensa só o sujeito individualizado é justamente o simbólico, o histórico e a ideologia, que tornam possível a interpelação do indivíduo em sujeito.

As questões sociais também são tecidas por essa memória como podemos observar pelos verbetes analisados discursivamente por outros dois alunos, Anna Karla Lima Cruz e Daniel Lima Ferreira Filho, em seu trabalho “Dicionário: neutralidade ou ideologia” (2003). Os termos escolhidos foram “elite” e “povo” e os recortes incidiram sobre vários dicionários, evidenciando o funcionamento tenso da repetição.

Grande Dicionário Enciclopédico Novo Brasil (1979)

Elite: aristocracia, escol, nata.

Povo (ó) S.m. Conjunto de indivíduos que habitam o mesmo país e vivem sujeitos às mesmas leis; conjunto dos habitantes de uma localidade; pequena povoação; lugarejo; multidão de gente; o público (considerado no seu conjunto); a classe inferior e mais numerosa de um país; plebe/Brás. Família/ S.m. pl. as nações.

Novo Dicionário Aurélio (1986)

Elite [Do fr. *élite*] S.f. 1. O que há de melhor em uma sociedade ou num grupo; nata; flor; fina flor; escol. [Cf. flor (S).] 2. Social. Minoria prestigiada e dominante no grupo, constituída de indivíduos mais aptos e / ou mais poderosos.

Povo (ó) S.m. 1. Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, tem costumes e hábitos idênticos, afinidade de interesses com a história e tradições comuns. 2. Os habitantes de uma localidade ou região. 3. V. povoado. 4. aglomerado de gente; multidão. 5. O conjunto de pessoas às classes menos favorecidas; plebe. 6. ralé (1). 7. fig. Grande número; quantidade. 8. Brás. a família. 9. Brás. P. ext. as pessoas que nos cercam, os colegas, os amigos, os companheiros, gente. [pl. povos (o); aum: povaréu.] povos naturais. Etnol. povos ou sociedades que tem pouco desenvolvimento técnico e / ou meios reduzidos para dominar a natureza: povos primitivos, sociedades primitivas. Povos primitivos. Etnol. V. povos naturais.

Dicionário Escolar da Língua Portuguesa (1986)

Elite: sf. (gal) Escol, nata, fina flor.

Povo (ó), S.m. Conjunto dos habitantes de um país; habitantes de uma localidade; pequena povoação; lugarejo; multidão de gente; (fig) grande número; (Aum. e depr: povaréu. Dim. depr: provolén e povolén; pl: as nações.) – S. naturais: (Etnol.) povo ou sociedade que dispõe de pouco desenvolvimento técnico ou de poucos meios para dominar a natureza, também chamados povos ou sociedades primitivas.

Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa (1990)

Elite: S. f (fr. *élite*). Palavra adotada em quase todas as línguas modernas, para significar a escol da sociedade, de um grupo; de uma classe; escol, nata.

Povo. S.m. (l. *populu*). 1. Conjunto de pessoas que constituem uma tribo, raça ou nação: povo brasileiro. 2. Conjunto de habitantes de um país, de uma região, cidade, vila ou aldeia. 3. Social; sociedade composta de diversos grupos locais, ocupando território delimitado e cônica da semelhança existente entre seus membros pela homogeneidade cultural. 4. pequena povoação. 5. As pessoas menos notáveis e menos privilegiadas de uma nação ou localidade / a plebe. 6. Grande número; quantidade. 7. família: como vai seu povo? S.m.p. As nações. Aum. Pej. Povaréu. Dim. Pej. Povolén. P. da lira: grêmio de capa dócios ou capoeiras serenatistas. P. de Deus: o povo escolhido; o povo judeu. P. natural: o mesmo que povo primitivo. P. primitivo; social: o que forma sociedade isolada; semicivilizada, quando comparada com as civilizações urbanas industrializadas da atualidade.

Essa historicização do dicionário, sob o modo de uma prática de leitura informada por um dispositivo teórico como o da Análise de Discurso, passa necessariamente pela desconstrução e compreensão do efeito da representação de completude de uma língua, que o dicionário produz (cf. Orlandi, 2002), ao explicitar e analisar as relações intertextuais

e interdiscursivas ali presentes, mas apagadas, criando, assim, condições para o deslocamento deste imaginário e seus efeitos, do trabalho da memória e do funcionamento da ideologia. Nesse trabalho de desconstrução, o aluno face a incompletude constitutiva do dicionário só podia creditá-la a sua (in)capacidade de compreensão ou a algo que escapara ao autor do dicionário: um problema do e para o sujeito.

O apagamento das relações de intertextualidade e de interdiscursividade no interior do verbete e entre verbetes, cuja explicitação e análise traziam para o espaço acadêmico o jogo e o movimento da língua, para aquele que a fala, e da história, para aquele que a faz, causava surpresa, estranhamento, denegação do que observava por parte do sujeito-leitor: uma experiência que fascinava e provocava medo. Um mundo de certeza e de completude se diluía no achar-e-perder dos elos de suas cadeias ilusoriamente objetivas e seguras (cf. Silva, 1996). O dicionário adquiria, assim, como diz Orlandi (2002), *o sentido de uma tecnologia própria à configuração de relações sociais específicas e entre seus sujeitos, na história. Ele é, desse modo, constitutivo da formação social, e de produção de uma subjetividade, complementar.*

Saber que o dicionário não é um monumento à língua, mas um instrumento tecnológico construído pelo homem em momentos históricos determinados, sendo a neutralidade e objetividade efeitos ideológicos, pelo apagamento da interpretação ali presente, foi uma dos maiores ganhos nesta análise discursiva feita pelos alunos: poder observar e compreender como ali o saber *a* língua e o saber *sobre* a língua andam juntos, como a unidade se produziu pelo apagamento, pelo silenciamento, pelo esquecimento, mas também pelo repetição, pela presença constante de um memorável, tornado institucional, oficial. Esse efeito sujeito de usuário de dicionário é de identificação com esse efeito ideológico de unidade e de universalidade da língua, da língua de todos os brasileiros.

Esse trabalho permitiu colocar em questão também a relação entre língua e literatura, em sua opacidade, que na prática escolar aparecem como campos distintos, sendo o primeiro o espaço da coerção e, o segundo, o da liberdade, esquecendo-se de que os dicionários, enquanto instrumentos lingüísticos de criação e estabilização de referentes e sentidos, e os textos literários que aí são usados, como exemplos, para instituir e legitimar o modo adequado e correto, ajudam a construir esse imaginário de que falamos.

Não há, pois, uma única mão nesse processo de produção do conhecimento sobre o português como língua nacional em sua relação com as obras e autores da literatura, pois nem todos os autores são “escolhidos” pelos gramáticos e dicionaristas. Agustini (2004) lembra que *Lima Barreto, um autor do modernismo, ‘subversivo’ em relação à língua, dificilmente será referido para legitimar uma regra gramatical.* E falando dessa mão dupla, dessa circularidade existente entre a norma e o cânone, esta autora, lembra também que *a gramática (e o dicionário, acrescentaríamos) tem uma certa importância na consagração de um autor, já que o põe na condição de modelo de comportamento lingüístico correto e, mais que isso, estilístico.*

Os resultados obtidos pelos alunos, decorrentes de se criarem condições na prática acadêmica para uma nova relação do sujeito-leitor com a textualidade do dicionário, apontam para outras formas de apropriação de um objeto cultural pelo trabalho de re-significação, de memória, evidenciando que o conhecimento dicionarizado não é só um conjunto de informações corretas e unívocas sobre a língua, mas um elemento estruturante do sujeito em uma sociedade capitalista letrada como a nossa. Desenvolver uma prática de leitura do dicionário na instância da formulação do sentido, da produção

do imaginário, é trabalhar o logicamente estabilizado de forma a produzir rupturas; é situar o sujeito nessa rede discursiva, que produz o efeito de completude, de estabilidade, de imobilidade das línguas, é trabalhar a autoria do sujeito escolarizado.

Os dicionários são “instrumentos que modificam a relação dos falantes com a língua”, conforme a concepção de Auroux (1992), e estabelecem certas relações entre os sujeitos. Eles funcionam como um instrumento de identificação da língua e do sujeito, como espaço-tempo de produção e reprodução de um imaginário, mas também como parte do processo de disciplinarização dos saberes lingüísticos dentro e fora da escola, não só pelo uso direto de dicionários, como também pela forma fragmentária e des-historicizada com que são tratadas, ali, as questões lexicais e semânticas, como a sinonímia, por exemplo. O trabalho com o dicionário nas interpretações de textos na escola e na universidade reflete, quase sempre, uma representação do conhecimento lingüístico, enquanto disciplina escolarizável, quer dizer passível de ser apreendida e dominada, e marcada pela homogeneidade, pela identificação com a certeza e a verdade, pela naturalização dos sentidos e pelo estabelecimento de uma relação direta entre as palavras e as coisas.

A produção e a circulação dos instrumentos lingüísticos, bem como o seu modo de apropriação, que tem na escola um espaço privilegiado de transmissão (de significação), constituem parte inerente do processo de disciplinarização da língua nacional (Chiss e Puech, 1999). A constituição de uma disciplina e de suas representações passa certamente pela história da dicionarização de um país, tema para outra comunicação.

O dicionário, assim como a gramática, é, de acordo com Auroux (1992), uma tecnologia que descreve e instrumentaliza uma língua, um dos pilares de nosso saber metalingüístico, criando uma vasta rede universal de comunicação pela possibilidade da tradução. Estes instrumentos, próprios das sociedades de escrita, ajudam a construir, mesmo que imaginariamente, uma unidade para as línguas, independente do espaço, das circunstâncias e dos locutores. E as instituições, em seu funcionamento discursivo, constituem e fazem circular certas imagens dos dicionários, das línguas e dos sujeitos na relação com a língua e a história.

Nota

¹ Este trabalho inscreve-se em um projeto mais amplo denominado História das Idéias Lingüísticas no Brasil (acordo CAPES/COFECUB), desenvolvido entre duas instituições brasileiras, a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade Estadual de São Paulo, e uma instituição francesa, a École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines de Lyon.

Referências Bibliográficas

- AGUSTINI, C. L. H. **A estilística no discurso da gramática**. Campinas, SP: Pontes, São Paulo: Fapesp, 2004.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- CHISS, J-L e PUECH, C. **Lê langage et ses disciplines XIX – XX siècles**. Paris, Bruxelles: Duculot, 1999.
- GADET, F. e PÊCHEUX, M. **La langue introuvable**. Paris, Maspero, 1981.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Paráfrase e polissemia. A fluidez nos limites do simbólico. In: Rua, n°4. Campinas, SP: UNICAMP/NUDECRI, março 1998, pp. 9-20.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

SILVA, M. V. da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-cidadão. In: GUIMARÃES, E. e ORLANDI, E. P. (orgs.) **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1996, pp. 151-162.